

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 4, e segunda-feira, 6 de abril de 1987

Um plano que revela a disposição de negociar

Economia - Brasil

O plano econômico de longo prazo, tão reclamado dentro e fora do País, teve suas grandes linhas anunciadas pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no pronunciamento que fez quinta-feira para os constituintes do PMDB, no Congresso Nacional. Na verdade, o plano já era conhecido no essencial, isto é, a necessidade líquida de financiamentos externos à média de US\$ 4 bilhões por ano, entre 1987 e 1991, para viabilizar o pretendido crescimento econômico à taxa anual de 7% no período. Mas é inegável que, apresentado com mais detalhes, inclusive quanto à sua execução no curto prazo, ele enseja uma maior compreensão da política econômica atual e contribui para afastar os temores de um ajustamento recessivo, nos moldes do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na parte inicial de seu discurso, com efeito, o ministro da Fazenda fez uma autocrítica corajosa, reconhecendo as falhas de implementação do Plano Cruzado, que foram, basicamente, a duração excessiva do congelamento e a timi-

dezdas medidas de ajuste. Admitiu também que o governo não conseguiu controlar o movimento de remarcação de preços que se seguiu à fase de congelamento, sendo levado, assim, a praticar uma rígida política fiscal e monetária "para impedir que a desordem econômica e financeira se instalasse".

Hoje, no entanto, assegurou o ministro, o perigo da hiperinflação está afastado e o governo volta a ocupar-se do crescimento, contando para isso com medidas tributárias que aumentarão a renda disponível, com créditos ampliados para a agricultura e a pequena e média empresa, com um programa de recomposição das finanças públicas estaduais e municipais, com um programa de construção de 200 mil a 250 mil casas populares por ano e com um maior direcionamento de crédito, mediante a ampliação de linhas especiais. Faz parte também dessa orientação de apoio aos setores produtivos a nova política de preços que entrou em vigor na sexta-feira, com uma sensível redução dos controles governamentais.

O governo, portanto, aciona um conjunto de providências para afastar o risco da recessão iminente, tranqüilizando as forças produtivas, empresários e trabalhadores. Todavia, essa política esbarra no esgotamento da capacidade instalada da indústria, o que impõe um aumento substancial no nível de investimento na economia, dos cerca de 19% no ano passado para 22 ou 23% do Produto Interno Bruto. Incompatível com o objetivo de redistribuir a renda, pari passu com o crescimento econômico, esse volume de investimentos só se tornará possível com a redução do custo médio do serviço da dívida, o refinanciamento parcial dos juros devidos e a conversão, nos casos possíveis, de capital de empréstimo em capital de risco.

Não se trata, certamente, de pretensão fácil de ser alcançada, a julgar pela atitude do governo norte-americano — tomada antes de vencerem os noventa dias regulamentares, desde a suspensão de pagamento dos juros aos bancos — de classificar a dívida de

longo prazo brasileira como de subpadrão, o que leva grandes bancos a colocar tais empréstimos em regime de caixa. Em compensação, embora de forma isolada, tivemos a proposta do Bank of Montreal de converter US\$ 100 milhões de créditos de longo prazo em investimentos no Brasil, demonstrando sua confiança no País e seu apoio à tese de renegociação da dívida com responsabilidades divididas entre credores e devedores.

De qualquer forma, acreditamos que a proposta contida no plano apresentado quinta-feira pelo ministro da Fazenda não parecerá inaceitável para os credores, pois ela prevê a continuidade dos pagamentos de juros em montante aproximado da média dos últimos quatro anos (US\$ 9,5 bilhões) em troca dos novos financiamentos. Só esse dado, parecemos, é suficiente para comprovar a disposição brasileira de continuar a negociar com a comunidade financeira, em atitude madura e construtiva.